

ABELARDO CALAFANGE

RAZÕES DE UMA ATITUDE

(PORQUE DEIXEI O PARTIDO
SOCIAL PROGRESSISTA)



DISCURSOS NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO



NATAL — 1951

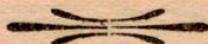
ABELARDO CALAFANGE

RAZÕES DE UMA ATITUDE

(PORQUE DEIXEI O PARTIDO
SOCIAL PROGRESSISTA)



DISCURSOS NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO



NATAL — 1951

Biblioteca do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Norte
DOAÇÃO DO SÓCIO EFETIVO
ANTÔNIO COARES FILHO

**DISCURSO PRONUNCIADO NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, NO DIA 29 DE
JANEIRO DE 1951**

“Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Numa das últimas sessões, quando aqui se debatia a presente convocação extraordinária da Assembléia Legislativa e, conseqüentemente, a importância dos atos que ela iria praticar, ouvi do deputado Djalma Marinho um aparte que agora procuro rememorar como início do meu discurso.

Lembrara s. excia a época que já se perde na distância dos tempos, em que a Inquisição, no seu poder supremo, lançava á fogueira os seus condenados. O fogo queimava a carne dos que deviam receber o castigo e as vítimas sucumbiam na hediondez das fogueiras crepitantes.

E tal era o rigor de então, que se um condenado-criminoso ou inocente — conseguir fugir, ainda assim o castigo se fazia e era a sua efígie queimada nas labaredas, como simbolo da condenação. Faz poucos dias, na séde de um partido político onde tem redação um jornal, vários papéis pequenos e inexpressivos, humildes e sem valia, insensíveis e incapazes de um gesto de defesa e de reação, entre muitos outros que enchiam as paredes internas da sala, contendo um retrato de candidato às últimas eleições, eram rasgados a punhal ou peixeira por um homem que, acompanhando a ação de palavras agressivas, queria castigar um condenado. A sua mão tremia de ódio, a sua boca espumava, os seus olhos eram injetados, como se uma força superior o impelisse para o ato verdadeiramente inquisitorial.

Esse acontecimento teve lugar, srs. deputados, na séde do Partido Social Progressista, o rasgador dos retratos era um irmão do deputado Café Filho e as efígies assassinadas eram do modesto orador que ocupa, neste instante, esta tribuna.

Sr. Presidente:

Contrariando velho hábito, venho ocupar a tribuna desta Assembléia trazendo escritas as minhas palavras, para que elas não morram no ambiente fechado deste plenário, mas tenham ressonância por todos os recantos de nossa terra e sejam sentidas pelos que me honraram com um mandato eletivo.

E a importancia das minhas modestas palavras decorre naturalmente do marco que elas vão simbolizar: o afastamento da vida partidária de um homem que, sem falsa modestia, sempre lutou na defesa de um ideal, sem jamais pensar em proveitos próprios.

No dia 4 de outubro passado, poucas horas depois de se haver encerrado o memorável pleito eleitoral de que saiu triunfante a candidatura do ilustre conterrâneo Prefeito Dix-sept Rosado Maia ao Governo do Rio Grande do Norte, eu endereçava ao ilustre conterrâneo, senador Kerginaldo Cavalcanti, presidente do Partido Social Progressista, neste Estado, uma carta redigida nos seguintes termos:

"Natal, 4 de outubro de 1950.

Exmo. Senador Kerginaldo Cavalcanti.

D. D. Presidente do Partido Social Progressista.

Nesta.

Presado amigo:

Pela presente venho, reafirmando alegação anteriormente feita, renunciar à primeira vice-presidência do Partido Social Progressista, que ajudei a fundar, ao lado de V. Excia., do deputado Café Filho e de outros denodados companheiros.

A minha decisão estende-se, agora, à direção do "Jornal de Natal" que, fundado a 13 de agosto de 1947, sob minha direção, tem continuado até agora a sair, pelo meu trabalho constante.

Os motivos que determinam tais deliberações, dão a elas o caráter de irrevogáveis. Apesar de por várias vezes haver divergido de V. Excia. e de outros companheiros de Partido, jamais cheguei a tal extremo porque as dissensões se limitavam a pontos de vista pessoais; no entanto, agora, quando amigos já por mim identificados, não fazem reserva em proclamar, na mais torpe das acusações, que eu desviei dinheiros do Partido e do Jornal, encontro razões de honra que me separam definitivamente dos vís acusadores. Apelei para V. Excia. no sentido de, antes da eleição, ser reunido o Diretório que, tomando as minhas contas, ratificaria ou não a campanha sordida que se vinha fazendo solertemente com o intuito único de levar-me ao descredito e á desmoralização. V. Excia. sabe — e também os demais companheiros de Diretório — que posso ter muitos defeitos mas me orgulho de proclamar a minha honra. No entanto, a não reunião do Diretório, para a comprovação das minhas desonestidades proclamadas, ou para desmascaramento dos intrigantes correligionários, só se poderia explicar, diante do meu apelo insistentemente feito, como uma fórmula de adiar o exame do caso, o que considero igualmente ofensivo á minha dignidade.

Por isso, espero que V. Excia. me mande alguém to-

mar diretamente as minhas contas e que possa receber de minhas mãos o material pertencente ao "Jornal de Natal".

Quero, desde já, afirmar-lhe que a minha atitude não importa em afastamento das fileiras do meu partido. Sempre lutei ao lado de Café Filho e apesar das decepções que venho tendo, não pretendo jamais ingressar em outras fileiras. Apenas retornarei à minha profissão de médico e ao descanso do meu lar, sem mais temer as investidas de indivíduos que não sabem respeitar a honra dos que são dignos, porque talvez não conheçam a própria honra.

Creia-me, conterrâneo, amigo e admirador.
Abelardo Calafange".

Sem acusar ninguém, depois de tanto haver lutado, tendo a certeza absoluta de uma vitória para a qual eu dera o máximo do meu entusiasmo e do meu esforço, é claro, sr. Presidente, que somente motivos de alta relevância promoveriam o meu gesto de abandono e de renúncia. Abandono e renúncia que significavam tudo, menos esquecimento de dezoito anos de lutas ao lado de um companheiro que sempre teve em mim o mais desvelado dos amigos e o mais desinteressado dos correligionários.

Não temo que se me vasculhe o passado. Retembro os dias de 1932 quando, ao chegar ao Rio Grande do Norte, na interventoria do comandante Bertino Dutra, passei a figurar entre os que colaboravam politicamente com João Café Filho. Ao seu lado sempre estive, de certo com outros denodados companheiros, proseguindo na mesma jornada durante a interventoria do sr. Mário Câmara. Aquela época, eleito deputado à Constituinte de 1936, nunca fugi ao combate enérgico àqueles que, vitoriosos numa luta renhida, dominavam o Estado. Foi justamente quando irrompeu o movimento armado de 35 e, pagando as consequências dos embates políticos de que saíra o Estado, muitos dos meus correligionários de então foram jogados à cadeia, processados, demitidos dos seus empregos, sofrendo até os mais terríveis castigos corporais. Ninguém, naquela época, Sr. Presidente, foi mais resolutivo do que eu no combate ao governo que se instalara e na defesa dos correligionários oprimidos. De minha conduta advieram inimizades pessoais que perduraram por muitos anos.

No entanto, em sempre tinha a minha consciência tranquila por ter cumprido o meu dever. Eu continuava fiel aos meus amigos e fiel ao meu Partido.

Veio o golpe de 1937. Enroladas as bandeiras dos Partidos, ainda aí eu não abandonava os meus amigos. Onde estivesse um que sofresse, a ele chegaria a minha solidariedade; velhos pais de família, durante anos, receberam de minhas mãos, em pequenas parcelas, de certo, auxílios com que matassem a fome dos filhos que choravam a miséria da falta do pão que o Governo, como castigo, lhes tirara. Por isso mesmo, fui também castigado, numa aposen-

tadoria infame, porque não puderam me demitir de um emprego efetivo, que conquistára por concurso, no Departamento de Saúde Pública do Estado. Mas, ainda assim resisti, lutando contra a prepotência, socorrendo como me era possível aos amigos que sofriam e mantendo, como um compromisso de honra, a amizade daquele a cujo lado sempre estivera e que se achava exilado na Argentina porque soubera ser grande e conseguira ser digno.

Quando em 1945 os primeiros sussurros da reconstitucionalização do País começaram a varrer todo o território nacional, eu daqui viajava para o sul da República, indo tomar parte num Congresso Médico Social de São Paulo, como representante da Sociedade de Medicina e do Sindicato Médico de nossa terra. Insinuei-me para essa representação e, conseguida ela, o Governo do Estado me concedia, como auxílio, uma passagem de ida e volta ao Rio de Janeiro.

Faço o relato deste detalhe, para mostrar o meu interesse na viagem para a qual, sozinho, não teria os recursos suficientes, pois sempre fui um homem de grande clínica e de mínima recompensa.

Mas, srs. deputados, o meu interesse imediato não era a participação num Congresso médico, que eles os há contantemente.

Eu precisava, na hora em que o Brasil se preparava para varrer do seu seio a ditadura e reimplantar nele a democracia, ir buscar para as novas lutas o chefe das outras campanhas, a quem me mantivera fiel. E fui, levando a palavra de aplauso de vários amigos, encontrar o ex-deputado Café Filho, na luta que ele mantinha para viver, convencendo-o de que a sua volta era uma necessidade e nós lhe asseguraríamos a deputação federal.

E ele veio. E aqui, um mesmo grupo de amigos abnegados de 1934 formámos um Partido sem dinheiro, muito pobre, mas alimentado das nossas próprias energias.

Não quero diminuir o valor dos demais companheiros daquela hora.

Mas, se faço ressaltar a honestidade do meu trabalho e a grandeza do meu desprendimento, é porque esses fatos podem ser comparados aos meus atos de hoje que vêm de colimar com o abandono das fileiras do Partido Social Progressista.

Lembro, porém, um fato. Ninguém era (mais meu amigo, em 1945, do que João Severiano da Câmara. Depois de articular no Rio a volta de Café Filho para o Estado, viajei em seguida para S. Paulo, onde assistí ao Congresso Médico a que já me referí.

Certo dia, João Câmara me telegrafou pedindo que eu não assumisse qualquer compromisso político antes de com ele falar, no meu regresso. E ao voltar a Natal, aquele meu amigo me procurou para me oferecer um cargo de auxiliar do Governo, a chefia política de certa zona do Estado e a eleição certa de deputado federal, pedindo em troca, apenas, que o acompanhasse na luta política que se ia travar,

quando já se sabia que ele acompanharia o Interventor Fernandes Dantas, contra quem se rebelara, á última hora, c sr. José Augusto.

Tudo repeli; nada aceitei e cheguei a um destino que está ligado profundamente ao meu temperamento, afastar-me de uma amizade querida para continuar pobre e desprestigiado, mas fiel ao compromisso de honra que a minha consciencia traçara.

E das urnas de 1945, saiu eleito, como eu previra, deputado federal o meu amigo João Café Filho.

Veio a campanha de 47. Formei na primeira linha ao lado das Oposições Coligadas. Eu não mantinha relações pessoais com o ilustre desembargador Floriano Cavalcanti; no entanto, quando sentí que o seu nome seria escolhido para candidato ao Governo do Estado, antes mesmo que se iniciasse a campanha, fui para o municipio de Canguaretama — a minha terra — num trabalho que as urnas demonstraram ser dos mais efficientes. Dei tudo o que podia a essa campanha; e, vencidos nas urnas, eu conseguira o mandato de deputado estadual em que me encontro e que terminará com este discurso.

Ainda aqui, como em 1936, vencido o meu Partido, nunca me cansei de combater o Governo que oprimia, de defender os meus coreligionários perseguidos e o povo abandonado. Não preciso falar sobre minha atuação nesta Casa, porque, sr. Presidente, esta Assembléia poderá testemunhar se eu soube ou não cumprir o meu mandato.

Que motivos poderiam ser esses que me levariam a tal renúncia e a tal abandono?

Por que eu, que vivera como uma especie de lugar tenente, recebendo e cumprindo instruções, gozando da confiança imediata de um amigo que sempre reconhecera como chefe, deixando o conforto do meu lar e abandonando os interesses da minha profissão — fonte do meu pão de cada dia — para as longas caminhadas através do sertão, no engrandecimento de uma amizade que me parecia tão cara — porque eu, repito, tudo isso esqueceria para enviar aquela carta ao Senador Kerginaldo na hora precisa da vitória do meu partido?

E' que tais foram os atos de deslealdade e hostilidade que o Partido que ajudei a fundar praticou com relação a mim, que outra conduta não me traçaria a consciencia, senão a de renúncia e do abandono.

Até Fevereiro de 1950, nada se fazia dentro do Partido Social Progressista sem que eu tivesse conhecimento. Nenhuma atitude era tomada sem que dela eu tivesse prévio aviso; para conversações ou entendimentos sempre era escolhido o meu nome, relatórios eram constantemente por mim enviados ou recebidos, tratando dos mais graves assuntos relacionados com os interesses de nossa agremiação partidária.

Tudo isso desapareceu, depois de Fevereiro de 1950, quando aceitei a indicação do meu nome, em escolha unanime do Directorio do Partido, para ir ao Rio e São Paulo, ten-

tar obter qualquer auxílio material do Directoria Nacional do Partido para o Rio Grande do Norte.

Mês fatídico, que marcou o desencanto de um homem acostumado á luta, desconhecendo a covardia, mas amando, acima de tudo, a honestidade.

E tais foram os atos que desde então se praticaram em relação à minha pessoa, dentro do Partido Social Progressista, que, como o último d'elles em que se me acusava de haver desviado dinheiros recebidos, tive de me rebelar como todo homem de bem o haveria de fazer, exigindo a convocação do Directorio para que as minhas contas fossem tomadas com todo rigor e consequentemente desmascarados os vís acusadores. Sentindo que não havia entusiasmo para essa reunião adverti que só esperaria até a véspera da eleição de 3 de outubro, porque nesse dia, em que deveria estar defrontando o eleitorado, eu tinha necessidade de ter comigo a quitação das minhas contas, que, sendo minha absolvição, eu apresentaria como documento de desmoralização dos meus acusadores, aliás pessoas graduadas do meu Partido.

Passou o dia 3 de outubro sem que o Presidente do Directorio convocasse a sessão, nem tampouco me apresentasse uma justificação do seu silencio. Trabalhei todo o dia junto ao eleitorado, animando-o de secção em secção, mas só eu sentia quanto era grande a minha revolta intima, diante de tanta ingratitude e de tanta deslealdade.

Dai nasceu a minha carta, escrita na manhã de 4 de outubro.

No dia immediado, o senador Kerginaldo me enviou uma resposta em que havia palavras de conforto, de reconhecimento dos meus serviços, mas onde sobrepairava a confissão de que eu pedira o exame das minhas contas, denunciara a campanha torpe que se me fazia, mas nenhuma providencia se tomara para atender a um correligionário que nada mais quizera do que analtecer a verdade.

Esta carta foi a que inclúo no meu discurso:

“Caro amigo Abelardo.

Recebi a sua carta e lamento o carácter irrevogável que lhe presta. Responderei a mesma por partes:

I — As nossas divergencias jamais constituiram obstáculos que podessem prejudicar os interesses do nosso Partido. Tiveram o cunho democrático de uma compreensão que mais fortalecia as nossas fileiras.

II — Quanto a accusação que por ventura lhe façam amigos nossos, ninguem mais do que eu lamenta isso; mas, em qualquer caso, não vejo como lhe dar maior significação, desde que desconheço os nomes dos accusadores e nem accusações levianas são capazes de denegrir a quem quer que seja.

III — Quando estive ausente no interior e em Fortaleza, soube, ao chegar, que o illustre amigo já queixoso com essas

atuardas solicitara uma reunião do Directorio para prestar as suas contas.

E, com a minha chegada tratou-me sobre o assunto, o que, não obstante me parecer desnecessário, pela confiança que me merece, prontifiquei-me a satisfazê-lo.

Ocorre, porém, que, nessa tarde, teve o amigo de seguir para um comicio em Canguaretama e que fiquei a espera da chegada de Café, a qual aliás, não assistí com os nossos amigos.

Aguardava-me para falar com Café acerca do assunto, que fora objeto de nossa última conversação, mas somente o avistei já no palanque da Praça Pio X, às oito horas, cercado pela multidão.

Ao findar o comicio, também pelo apertado dos fatos, não pude trocar, em particular, idéias com o mesmo e, na manhã seguinte, viajei para Mossoró, a fim de encerrar a propaganda, regresando a primeiro do corrente. Como vê, em plena e última fase da propaganda, sem tempo para mais nada. Ontem, as eleições, até alta noite, absorveram-me e, hoje, como viu, somente pude almoçar às 18 horas. Justifica-se portanto, que, em tais aperturas, não me tenha sido possível, como do meu desejo, dar-lhe as explicações que desejaría ao seu contento e ao meu.

Espero que, tendo em vista a premência deste momento e colaborando cordialmente conosco, aguarde por mais alguns dias a solução amistosa do assunto, com honra, aliás, para todos nós.

Confio no seu espírito esclarecido que, encontraremos o melhor caminho para resolver tais dificuldades momentaneamente quando nem eu nem quem tenha responsabilidade, fizemos qualquer ofensa ou suposição ofensiva por mais leve que seja.

Tal é a angustia do meu tempo e, desde que o velho companheiro não deu á sua carta um caráter confidencial, que me vejo na contingência de pedir a um amigo comum para redigir esta.

Cordialmente, admirador ás ordens (a) **Kerginaldo Cavalcanti.**

Longe de aceitar as explicações desta carta que, visivelmente, procurava acomodar uma situação que cada vez mais se vinha agravando, no dia 7 de outubro eu fazia circular o último número do "Jornal de Natal", sob a minha direção e nesse número fiz publicar um artigo em que, não os extranhos, mas os ligados a direção partidária, deveriam sentir quanto fui ofendido e magoado pela deslealdade de velhos companheiros.

Transcrevo no meu discurso, esse artigo, porque preciso que tudo fique bem lembrado para julgamento do povo de minha terra:

"UM LUGAR PARA OS NOVOS"

Deixo nesta data a direção do "Jornal de Natal", que fundei a 13 de agosto de 1947, para defender, sob a bandeira

ra das então Oposições Coligadas os princípios democráticos em nossa terra, para vergastar os opressores do povo e para enaltecê-la a liberdade e a justiça.

Não me cansei do combate. A minha pena que sempre caiu em cheio, como um ferro em brasa, sobre os violentadores da liberdade dos meus conterrâneos, enquanto outros passiva e tranquilamente assistiam o desenrolar dos dramas que se passavam nas bastidores da policia, ainda é a mesma que, quando a liberdade estiver em perigo e quando certos democratas que não falam e não agem, permanecerem silenciosos, há de voltar para a luta em prol da justiça e do direito.

Da mesma forma, já não ocupo, nesta data, a vice-Presidencia do Partido Social Progressista que vi nascer sob o signo de campanhas memoráveis, em defesa do regime e tendo como bandeira o nome do deputado Café Filho, a cujo lado tenho permanecido desde 1932.

Não me cansei, igualmente, deste combate, em cujos momentos mais difíceis e em cujas horas mais perigosas sempre estive na vanguarda, sem temores e sem recuos, no cumprimento do dever.

Se a memória de muitos por acaso falhasse, aí estariam as coleções tanto do "Jornal de Natal", como dos demais órgãos da imprensa natalense, mostrando como fui sempre digno dos meus correligionários, na luta em que, por vezes, figurei sozinho, contra adversários numerosos e capazes mas deante dos quais jamais capitulei.

Tudo isso porém, vale apenas como prova de que não seria por medo que eu abandonaria a liça.

O Partido Social Progressista, para cuja existencia modestamente tenho colaborado, desde quando em 1945, ao dealbar da reconstitucionalização do País, viajei ao Rio, em procura do velho companheiro de outras lutas, que sempre foi Café Filho, afim de trazê-lo para os embates que se aproximavam e dos quais ele sairia para ser o grande político que hoje é, já possui fileiras que contam, ao contrário do que antes acontecia — bravos lutadores que, mais do que eu, saberão ser dignos do nosso passado de lutas.

Abro assim, espontaneamente, lugar para esses novos aguerridos batalhadores democráticos. E deixando a minha vaga para eles, sinto-me orgulhoso em afirmar que os meus atos praticados, tanto na direção deste jornal que fundei para a defesa do povo, como na presidencia do Partido Social Progressista, em que estive mais de um ano, poderão ser analisados publicamente por amigos e adversários porque eles se caracterizaram, apesar da pobreza de energias e de valores, pela mais absoluta honradez pessoal.

Não temo qualquer devassa desses meus atos.

Nada recebi de ninguém, em qualquer tempo, para o meu partido ou para o meu jornal, que não fosse perante correligionários. E nunca uma despêsa foi feita sem ter a sua justificação nas necessidades prementes do partido ou do jornal. Se alguém tiver qualquer dúvida a respeito desse assunto, poderei falar em caráter particular ou pela

imprensa, para que as dúvidas fiquem esclarecidas e a verdade não seja sonogada. E este convite eu o faço de coração para que o mais prezo na vida, que é a minha honra, não venha a ser maculada pela baba peçonhenta de vermes inexpressivos que por acaso tentem manchá-la.

Nunca tive, em todas as lutas em que me tenho empenhado, desejo de obter recompensas.

E a prova do que afirmo está em que, expontaneamente abandono as atividades politicas numa hora em que meu partido sai de uma luta renhida tendo a vitória a brilhar bem perto. Ninguem desconhece que fui talvez o maior defensor da junção das forças que hoje formam a Aliança Democrática.

O meu trabalho, sozinho, quando todos os meus companheiros, na verdade, combatiam essa aliança, é por demais conhecido dos meus proprios correligionários e, principalmente, de elementos dos outros partidos, entre os quais os srs. Georgino Avelino, José Arnaud, Amaro Silva, José Anselmo e Silvio Pedroza. Ninguem, talvez, mais do que eu, se pudesse apresentar, depois da vitória, para pleitear recompensas.

No entanto, nada quero e de nada preciso.

Fico como um simples eleitor do partido que ajudei a fundar. Que os novos e bravos lutadores que chegam, sejam dignos, como a minha consciencia me diz que sempre fui. Eu os aplaudirei no silencio do meu anonimato inexpressivo. Voltarei para a minha clínica e para o descanso do meu lar.

E se um dia os novos lutadores não quizerem pelejar em defesa do povo e no combate aos erros das administrações, talvez eu volte para substitui-los na luta que eles não scuberem travar”.

Máguas e resentimentos, ofensas e desilusões, tudo está facilmente entendido nas minhas atitudes, até então tomadas, menos o rompimento com o meu partido. Eu era, então, descrente dos homens, afirmando em todo lugar e cada instante que a vaidade cegava os maiores amigos e a lealdade não existia quando esse amigos tinham em vista o bem estar pessoal. E quando esse artigo era publicado, eu vinha para esta tribuna, dizer a V. Excia. Sr. Presidente, que já não era líder do PSP, não falaria mais pelo seu diretório e eu mesmo indicava o deputado José Luz, como meu substituto na liderança do partido. Tudo isso é mais do que prova de que até então permanecia, apesar de desiludido, nas fileiras do partido que eu fundara e pelo qual ninguem trabalhara mais do que eu.

Mas a luta surda dos homens de tal forma continuou, culminando com o castigo inquisitorial do rasgamento dos meus retratos a punhal, pelo irmão do meu particular amigo João Café Filho, sem nenhum protesto dos demais chefes e líderes, velhos ou novos, legitimos ou improvisados, que a partir de agora só me resta o caminho de, mesmo sem culpa, o arrostando com as iras dos Deuses, dizer

que já não pertenço ao partido que tudo fez para me es-
corraçar.

E que fez o partido, nesse sentido?

Eu contarei os fatos:

Constituída nova direção para o “Jornal de Natal”, como um lema da nova organização traçou-se a morte ao meu nome. Diziam os dirigentes que era ordem superior silenciar a meu respeito. Rí-me dessa ridícula condenação, mas os fatos vieram provar que ela existia.

Quando se terminou a apuração das eleições presidenciais, e um dia chegou a esta Assembléia uma distinta Comissão de Senhoras angariando donativos para as grandes homenagens que seriam prestadas ao vice-Presidente eleito, nosso conterrâneo João Café Filho, vim para esta tribuna — e mais de um mês já se passára do meu afastamento do Diretório e do Jornal — pronunciando um discurso de enaltecimento ás homenagens. Enquanto os jornais da terra faziam referencia a esse discurso que nada mais era do que o elogio do vice-Presidente João Café Filho, o “Jornal de Natal” silenciava a respeito, porque — disseram-mê — não era possível publicar o meu nome.

Doutra vez, quando foi aprovado o projeto de abono do funcionalismo público, um dos diretores fez uma manchete anunciando o fato que tantas alegrias traria aos humildes serventuários públicos, e já a página estava na máquina, para impressão, quando o outro diretor ao chegar mandou parar o serviço, substituindo a matéria, porque, ele mesmo dizia, havia ordens de não se publicar o meu nome. Esse fato que ultrapassa os limites do ridículo, foi assistido pelos operários atônitos que nunca poderiam avaliar o rigor das medidas tomadas a meu respeito.

Ainda há pouco, convidado para, em Mossoró, no grande banquete oferecido ao Governador Dix-sept Rosado, fazer um brinde de honra ao Presidente Getúlio Vargas, dias depois o Jornal do partido dedicava uma página a essas festas, mas silenciava sobre o meu nome, dando-me, aliás, um companheiro para esse silencio, o bispo D. João Portocarrero Costa, que brindara o Presidente Eurico Dutra.

Não sei dos motivos da medida em relação ao chefe da Igreja; mas reconheço a procedencia do silencio ao meu nome.

Fatos que longe de provocar ofensas, apenas, aguçam o meu indiferentismo, eles não são mais do que a continuação de outras deslealdades que se cometeram antes das eleições.

Deve haver um motivo superior para a anulação da minha atuação na política do Estado. Desconhecendo esse motivo, duas hipóteses apenas posso admitir e sobre elas falarei na última parte do meu discurso.

Mas devo declarar que a frieza sentida desde aquele malsinado mês de fevereiro, se ampliou após o instante em que tomei uma atitude enérgica e desassombrada para

levar o meu Partido á Coligação com os demais que derrubaram o regime semi-discricionário em que vivemos, e cuja vitoria se objetivou com a eleição de Dix-sept Rosado Maia para Governador do Estado.

O meu papel nessa junção das forças democráticas de nossa terra foi — devo dizê-lo sem modéstia — dos mais decisivos. E tanto isso é certo que, assegurada a aliança dos Partidos, na noite seguinte, já depois das 23 horas, eu era despertado para receber em minha 'casa o senador Georgino Avelino. Ia S. Excia., em companhia do deputado José Arnaud, e a sua visita não tinha outra finalidade senão dar-me o seu abraço de reconhecimento pelo que eu fizera e que S. Excia. resumiu em afirmar que devia ao meu trabalho o acordo que acabára de firmar com o deputado Café Filho.

Não recordo esse fato visando outra coisa senão o depoimento sereno. Não o invoco buscando agradecimento que possam trazer proveitos pessoais nem tampouco recompensas políticas; mesmo porque, sou um homem descrente da política e dos politicos e destes, por quem tão pouco tenho feito, só poderei receber muito menos que de outros para cujas vitorias tudo dei, desde o meu conforto pessoal até as minhas pequenas economias e a propria segurança da minha vida, e que nada me deram...

Feito o acordo, fizemos uma reunião em casa do sr. Olavo Galvão, na qual estavam presentes os srs. Café Filho, Kerginaldo Cavalcanti, Luís Lopes Varela, Eliseu Leite, Manoel Soares Filho e outros. Ia se tratar da escolha dos candidatos. Nessa ocasião, o meu amigo deputado Café Filho iniciou a conversa dizendo que eu não entraria mais na chapa de deputados estaduais. Adiantou que o meu lugar na referida chapa já estava preenchido pelo academico Roberto Varela e que estava certo de me incluir na chapa de deputados federais, assegurando a minha eleição.

O Senador Kerginaldo Cavalcanti mostrou-se entusiasmado com a idéia e ambos afirmaram que eu teria o apoio do Partido, por que Café Filho precisaria apenas de 13.000 votos para eleger-se. E como todos admitiam, inclusive eu, que o nosso Partido levaria ás urnas nunca menos de 22.000 eleitores, o chefe do Partido combinou que eu entrasse imediatamente em entendimentos com os nossos representantes nos municípios para que neles a votação fosse dividida, sempre com a maior parte para Café.

Sr. Presidente, nunca tive a ilusão de ser deputado federal, pois, que, conhecendo as dificuldades que sofre um politico sem dinheiro, eu tinha a certeza de que apenas se tratava de um meio de fazer dobrar o meu esforço em prol do meu Partido. Mas, tais foram os argumentos que os meus companheiros apresentaram, que cheguei a admitir, embora remotamente, a possibilidade de exito.

Dias depois, sem dinheiro, por que sou um homem pobre, mas que, tendo caráter e vergonha, não utilizaria a pequena reserva do Partido que estava em meu poder, para beneficio proprio, consegui do sr. Luiz Varela, em nome do

qual eu tinha de ir a Pedro Avelino, com seu filho Roberto, cuja candidatura, aliás, desde logo apoiei, me cedesse o seu automóvel para prolongar a minha viagem a outros municípios. E foi nesse automovel, acompanhado daquele jovem e do sr. Pedro Eufrazio da Silva, membro do Diretório do P. S. P., que fiz uma viagem de quatro dias, para conversar com os chefes de vários municípios, em torno da minha candidatura, conforme o deputado Café Filho autorizara. Fui a Mossoró, falando aos drs. Thiers Rocha e Maltez Fernandes; estive com Solon Sobrinho, de Areia Branca; entendí-me com o dr. Ezequiel Fonseca em Assú; voltei pelo Seridó, passando em Jucurutú e Santa-Cruz. Conversei com João Neto Guimarães, Miguel Rocha Sobrinho e Luiz Xavier, de Macáu. Todos acharam razoável a divisão dos votos, adiantando-lhes, eu porém, que tal coisa só se deveria fazer, quando Café Filho confirmasse a minha missão.

De regresso a Natal, dias depois, se fazia nova reunião, no mesmo local da primeira, com as mesmas pessoas presentes e mais o dr. José Borges de Oliveira, de Currais-Novos.

Escolhemos os nossos candidatos a vereadores, acertamos a nossa chapa estadual, com a exclusão do meu nome, e por fim quando o deputado Café Filho ia dar por encerrada a reunião, pois embarcaria no dia imediato para o Rio, eu lhe falei dos resultados da minha viagem.

Nessa ocasião, como que a terra se me abriu sob os pés quando, mostrando-se surpreso, o chefe do meu Partido me dava essa resposta: "prometí, mas não lhe cedo um voto". Diante da minha estupefação êle e o senador Kerginaldo justificaram a fuga ao compromisso assumido sob a alegação de que os partidos aliados talvez descarregassem a votação em dois ou três nomes e, nesse caso, êle perderia a deputação. Todos os presentes, interpelados por mim, confirmaram que fôra o próprio Café Filho quem propuzera a divisão dos votos e quem autorizara o meu entendimento com os chefes do interior.

Fiquei decepcionado com essa fuga; não me conhecessem os amigos do interior e poderiam interpretar a minha conversa como uma leviandade ou um gesto indigno; mas, assim mesmo, recebi-a com certo indiferentismo e alheiamento, confortando-me apenas o testemunho de quasi uma dezena de homens, que ainda hoje, se quizerem ser dignos, dirão que eu fui honesto.

Nessa ocasião, o deputado Café Filho declarou-me, chamando-me ao jardim, que eu estava com a razão; ele não pensara bem no assunto, mas que, não sendo eleito como não seria, a Prefeitura de Natal, que, caberia ao Partido Social Progressista, teria de ser para mim. Pouco, porém, me interessava essa promessa porquanto nunca fiz politica para obtenção de cargos.

Continuei no Jornal e no Partido.

Certo dia, o sr. Luiz Lopes Varela me procurou para dizer que Café Filho, que chegara na véspera, precisava

falar-me. Adiantou que eu fora vítima de uma injustiça e que o proprio Café Filho conseguira um meio de repará-la. Afirmou aquele meu amigo que eu iria ser incluído na chapa de deputados estaduais.

Não quiz atender ao chamado, alegando que apenas se preparava nova humilhação para mim, mas Luiz Varela me assegurou que Café Filho assumira um compromisso de honra e que não seria capaz de fugir a esse compromisso.

Fui a casa de Café.

Ele falou-me com amizade. O Partido devia a sua existência à minha atuação na Assembléia e no Jornal. E por isso o Partido tinha uma grande dívida para comigo, dívida essa que ele, Café Filho, iria pagar, assumindo um compromisso de honra. Eu teria de ser incluído na chapa estadual, concorrendo nas duas. Fiz-lhe uma ponderação; eu era líder e presidente do Partido, sempre merecera a sua amizade, era diretor do seu Jornal e não sendo reeleito, seria vergonhoso para mim. Ele, Café, já me substituíra na chapa pelo acadêmico Roberto Varela, que teria, como era justo, toda a votação de Ceará-Mirim; eu já dera toda votação do meu município para o candidato Getúlio Sales e o eleitorado de Natal iria ser dividido por oito ou nove candidatos. Que, depois da primeira desilusão, ele me furtasse á segunda. Eu preferia não ser eleito, por não ter sido incluído na chapa.

Mas o chefe do Partido exigiu. Já assumira o mesmo compromisso perante Luiz Varela e o cumpriria, pela sua honra. A minha eleição, ficava sob a sua responsabilidade e se depois da apuração eu não estivesse eleito, que o julgasse como entendesse.

E assim, srs. deputados, marcheí para um segundo fracasso, bem arquitetado, que completou de vez a minha desilusão.

Incluído nas duas chapas, o que se viu foi o deputado Café Filho entregar a chefia da campanha a uns ambiciosos e enquanto abandonava o Partido á propria sorte os seus representantes se desmandavam em atos de franca hostilidade á minha candidatura.

Nos comícios da capital, a linguagem dos oradores era uma só: "para deputado federal, quem for digno só votará em Café Filho, porque não há outro candidato no Partido". Eu assistia a esses comícios e tinha por vezes ímpetos de protestar. Se eu era candidato, por que só em Café poderiam votar os homens dignos? Certa noite, no Alecrim, o sr. Olavo Galvão participou da minha indignação e, terminado o comício, fomos eu e ele, em seu automovel, á casa do senador Kerginaldo Cavalcanti para protestar contra tanta deslealdade. O senador dormia, e só no dia imediato, eu fazia a reclamação, que nunca modificou a linguagem encomendada dos oradores, meus correligionários que me combatiam.

Cabos eleitorais, proximo o pleito, muito bem pagos, percorriam os bairros sempre com a mesma cantilena:

Café Filho recomendava a candidatura do seu irmão e que ninguém votasse em outro candidato.

Três dias antes do pleito, o Partido mandava um emissário, de avião, a Mossoró, com instruções de pleitear a votação só para Café e quasi todo o interior recebia telegramas do bacharel Jessé Café formulando o mesmo pedido e oferecendo dinheiro...

Até no município de Ceará Mirim, chegou o apelo; ali deveria meu nome ser sufragado para deputação federal, tanto pelas afinidades existentes entre mim e Luiz Varela, como por que o proprio Café Filho, em virtude delas, havia recomendado o meu nome num comício lá realizado.

Isso porém não evitou que o Presidente do Diretorio Municipal do PSP, João Potiguar de Miranda, recebesse, às vésperas do pleito, uma carta do irmão do deputado Café Filho, dizendo que este pedia que lhe dessem a maior votação possível no município...

Nesta ocasião parece que não faltava dinheiro para a ação desleal. E, na verdade, os cabos eleitorais andavam bem nutridos e melhor orientados, para a campanha suja de prejudicar os que não formaram numa panelinha constituída de homens que precisavam vencer pela intriga, pela mistificação e pela calúnia.

E foi dessa panelinha que partiu, como último golpe contra mim, aquela torpe calúnia de haver desviado dinheiros do Partido.

Mas, sr. Presidente, desse assunto "honestidade", eu tratarei amanhã, ao terminar o meu discurso e encerrar a minha vida política.

Hoje focalizei a questão da lealdade que deve ser a qualidade mais nobre do homem. Sempre honrei as minhas amizades, não tendo receio de que se me aponte um ato que fira, direta ou indiretamente, os meus amigos.

E por que sou leal, é que, desta tribuna, falando de frente erguida, não temo o ostracismo, na hora em que os homens que sempre acompanhei se encaminham para o poder.

Prefiro cair de pé, com a minha consciencia tranquila".

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 30 DE JANEIRO DE 1951

“Sr. Presidente:

Poucas palavras tenho a dizer quando, nesta tarde, terminando as considerações ontem iniciadas nesta tribuna, sobre a minha posição na política do Estado, venho proclamar que jamais lancei mão dos dinheiros do Partido Social Progressista.

A acusação lançada sobre mim, por um grupo de indivíduos sem compostura, não teria talvez surgido, se não houvesse eu tido a felicidade, ou infelicidade, de conhecer detalhes de fatos que melhor seria jamais houvessem chegado ao meu conhecimento.

Na verdade, em fevereiro de 1950, quando se afirmava que o Governador Ademar de Barros estava auxiliando a todos os diretórios estaduais do partido, o do Rio Grande do Norte, então por mim presidido, em reunião a que estavam presentes todos os seus membros, com exclusão do sr. Luiz Lopes Varela, deliberava credenciar-me para viajar ao Rio e, se necessário, a São Paulo, afim de saber por que eramos nós do Rio Grande do Norte, a única exceção relativamente àqueles auxílios. O senador Kerginaldo Cavalcanti sempre que aqui chegava nos comunicava a possibilidade de auxílios, mas adiantava que eles não tinham ainda passado do terreno das promessas.

Aceitando a incumbência, exigí que se lavrasse uma ata, assinada por todos os presentes, na qual me eram dados poderes absolutos para falar em nome do Diretorio, poderes que eu já tinha, como decorrencia do meu exercicio na Presidencia, mas que pleiteei ratificados com as assinaturas dos meus companheiros, para que eles um dia não fugissem á responsabilidade do que pudesse ocorrer...

E segui para o Rio, por minha conta, sem a menor despesa para o partido que, áquele tempo, vivia em grandes dificuldades financeiras.

No Rio, tive a decepção de saber que o Diretorio de Natal vinha recebendo auxílios mensais e quando mostrei, na séde nacional, o documento que eu levava, sentí que verdadeira angústia dominava os homens por ele responsaveis os quais me aconselharam a ir imediatamente a São Paulo, afim de falar ao sr. Floriano de Souza.

Não quero descrever detalhes dessas ocorrencias, mesmo porque preferia silenciar sobre elas que ainda hoje me

envergonham. Mas, para minha defesa, tenho de relatá-las. Fui a São Paulo, e aquele secretário do Governador Ademar de Barros, mostrando-se surpreso com o que eu lhe falava, exibiu-me um livro onde escriturava as importancias remetidas para os Estados. E nesse livro eu lí as remessas mensais de trinta mil cruzeiros, que se vinham fazendo desde o mês de outubro do ano anterior.

Quatro parcelas ali estavam, com a indicação da pessoa que recebia o dinheiro.

Sr. Presidente:

Os vexames que passei nesses instantes são daqueles que nos ficam indelevelmente gravados na alma. Eu via um amigo tendo o seu nome na lista dos que recebiam dinheiro, e êsse amigo me informára, ainda no dia anterior, que nunca recebera o menor auxilio...

Voltando decepcionado, estive, no Rio, com o deputado Paulo Nogueira Filho, que representava o pensamento do Governador Ademar de Barros e ele, surpreso e compungido, me afirmou que o dinheiro fôra conseguido para Natal, por seu intermédio, e pedia que eu logo que aqui chegasse lhe escrevesse comunicando se, na minha ausência, fôra ou não recolhido á tesouraria do partido.

Chegando a Natal, convoquei imediatamente o director, relatei toda a minha viagem e a disposição em que me encontrava de deixar a presidencia e o Jornal, diante do que vira e que tanto depunha contra nós do Partido Social Progressista.

Invoco, neste instante, o testemunho do deputado José Luz. Diga S. Excia. se após o minha exposição, enquanto os demais permaneciam boquiabertos, o Secretário Geral do Diretório não propôs a expulsão imediata do nosso companheiro envolvido nos recebimento de São Paulo, como desonesto. Fui eu quem se levantou contra tal proposta, mostrando que ela só serviria para lançar o Partido no descrédito e na desmoralização.

O deputado Café Filho foi chamado urgentemente. E, dentro de dois dias, êle chegava a Natal, acompanhado do senador Kerginaldo Cavalcanti.

O chefe do Partido teve vários entendimentos, garantindo que solucionaria o caso, mas, sentindo-se impossibilitado de fazê-lo, anunciou o seu regresso, para que nós outros tomássemos a melhor decisão.

Foi na véspera de sua partida que, á noite, lhe enviei a seguinte carta:

“Natal, 23-2-950.

Meu caro Café:

Faço-lhe esta, quando você se prepara para voltar ao Rio, com o fim único de renovar as minhas afirmações que, de viva voz, já lhe fiz, a respeito da minha atitude política, em face do que pude observar na minha recente viagem ao Rio e São Paulo. Quero, assim, que fique escrita a minha palavra, para julgamentos futuros.

Como é do seu conhecimento, fui ao Rio, depois de uma resolução unânime do Directorio de nosso partido, afim de averiguar o que de certo existia a respeito dos prometidos auxilios do Directorio Nacional ao Directorio local, diante da inexistencia de qualquer indicio da realização dessas promessas. Para isso, levei comigo uma cópia autenticada da ata da sessão que me conferira tal incumbencia. No Rio, com a sua ciencia e do Senador Kerginaldo Cavalcanti, dirigí-me a São Paulo, onde tive a surpresa desagradável de ouvir que a missão de que eu estava encarregado não tinha justificativa, pois, desde o mês de outubro do ano passado, estava sendo enviada ao nosso Directorio determinada quantia mensal, a título de auxílio á nossa propaganda partidária. Para que não pairasse dúvida á honestidade de minha palavra tive de exhibir o documento comprobatório de minha missão, o que no entanto, não diminuiu o meu mal estar diante do caso que aos meus olhos tomou, desde logo, a característica de verdadeiro escandalo. Esta, aliás, foi a impressão que sentí despertada nos senhores deputado Paulo Nogueira Filho, Dr. Floriano de Souza e Carlos Castilho Cabral, pessoas de destaque do PSP com quem me entendí a respeito. Mostraram-me mesmo, como prova do que alegavam, a escrituração das remessas enviadas a Natal e que nunca chegaram ao Directorio.

Diante de tal caso, regresssei a Natal e, comunicando aos companheiros de Directorio o que ocorria, tomei a deliberação de não mais reassumir a Presidencia do Partido e a direção do Jornal de Natal, adiantando que tornaria efetiva essa decisão se o caso não fosse imediatamente esclarecido. Veio você a Natal, em consequencia de minha atitude que lhe fora telefonicamente comunicada e, agora, regressa sem que se tenha podido obter essa solução. Daí, a minha resolução de tornar definitivo o meu afastamento dos dois cargos, o que faço para defesa de minha conduta que nunca teve em dúvida a sua honestidade.

Apesar disso, como simples soldado do partido, serei o mesmo seu amigo de sempre, sem cargos de destaque mas que nas horas precisas saberá desdobrar-se em atividade sempre que v. pleitear qualquer eleição.

Diz-me a consciencia que somente assim seguirei o caminho mais acertado e mais digno.

Creia-me sinceramente.

(a) **Abelardo Calafange**".

A minha carta foi respondida na mesma noite, por intermédio do sr. Luiz Varela. Café Filho pedia-me para não lhe criar maiores dificuldades e apelava para que eu esperasse até o dia 18 de março, quando êle voltaria a Natal e resolveria o "caso".

No dia imediato, os amigos do directorio, vendo a gravidade da situação, promoveram uma reunião em casa do sr. Olavo Galvão, Secretário Geral do Partido. O deputado

José Luz estava presente e poderá confirmar ou não as minhas palavras.

Deixo de detalhar os pormenores dessa reunião por questão de escrupulo.

Nessa ocasião, tudo ficou esclarecido, inclusive que, na verdade, o dinheiro fôra recebido...

Depois desse caso não sei que mais dinheiro veio para Natal. Recordo-me que quando da visita do governador Ademar de Barros á nossa capital ele entregou ao tesoureiro do partido, em minha presença e do senador Kerginaldo Cavalcanti, a quantia de trinta mil cruzeiros, dizendo nessa ocasião que seria o último auxilio, mesmo por que já não era candidato á presidencia e estava muito "cansado" dos auxilios. Entregou também dez mil cruzeiros para o "Jornal de Natal", importancia esta que recolhi a uma caderneta da Caixa Rural e que só foi retirada quando em outubro passado tudo entreguei, prestando as minhas contas.

Houve mais um recebimento, de que tenho noticia. Certo dia, como consequencia de um telegrama que eu transmitira para São Paulo, em tom de altivez, reclamando contra o silencio em torno de uma passagem para um emissário que devia ir áquele Estado, a chamado do Governador, e em que afirmara que nunca recebera e não precisava do dinheiro do Directorio Nacional, fui surpreendido com uma nota do Banco do Brasil, dizendo que, allí, havia vinte e cinco mil cruzeiros á minha disposição, remetidos pelo dr. Floriano de Souza.

E esse dinheiro ficou dormindo por mais de um mês, até que já em plena campanha de alistamento, certa vez eu relatei o fato ao sr. Eliseu Leite e, no dia seguinte, aquele cidadão e o senador Kerginaldo Cavalcanti apelavam para que eu recebesse, pois, poderia auxiliar ao Partido. Admiti esse recebimento, com a condição de ir o sr. Eliseu Leite em minha campanha e, dele, não ser gasto senão aquilo que fosse indispensável, mas, assim mesmo, em combinação, entre eu e eles dois.

Recebi o dinheiro e o guardei, gastando algumas quantias de acordo com o senador Kerginaldo, em alistamento, para o que instalei três postos em bairros afastados e contratei pessoas que neles trabalhassem, fornecendo remédios que depois, passaram a ser financiados pelo Partido Social Democrático. Eram despêsas legítimas, cuidadosamente escrituradas em livro que ainda está em meu poder.

E no dia em que entreguei o "Jornal de Natal", prestei as minhas contas das quais me foi passado um recibo com os seguintes termos:

"Recebi do dr. Abelardo Calafange, nesta data, a importancia de vinte e quatro mil e trezentos e desesseis cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 24.316,20) saldo dos auxilios que o mesmo recebeu do sr. Ademar de Barros bem

como do caixa do "Jornal de Natal", até o dia 7 do corrente conforme discriminação anexa.

Natal, 10 de outubro de 1950.

(a) **Eliseu Leite.**

Entregando essas importancias, deixava paga uma remesa de papel, no valor de cinco mil cruzeiros, papel esse que poucos dias depois chegava a Natal e dava para o Jornal circular até bem poucos dias atrás.

Ainda a respeito dessas contas, exigí um documento do Partido que esclarecesse a minha honestidade e recebi do senador Kerginaldo Cavalcanti, datada de 18 de outubro de 1950, a seguinte carta:

"Deputado Abelardo Calafange:

Tenho a honra de comunicar-vos que o Directorio Estadual do Partido Social Progressista, reunido para tomadas de contas, conforme vossa solicitação, do periodo em que exercestes a presidencia do Partido, aprovou todas as contas apresentadas ao nosso tesoureiro, sr. Eliseu Leite.

Outrossim, comunico-vos que foram também julgadas honestas e legais toda a movimentação e comprovantes das importancias recebidas dos auxilios que vos foram dados pelo Governador Ademar de Barros, ficando quites, portanto com os órgãos dirigentes do Partido Social Progressista neste Estado.

Cordiais saudações".

Nas minhas contas estava incluída a quantia de dez mil cruzeiros recebida do Partido Social Democrático, para o fim de transformar em diário o Jornal que eu dirigia. Desse dinheiro cinco mil cruzeiros foram empregados na aquisição de papel a que já me referí, e a outra metade passou ás mãos do tesoureiro do Partido Social Progressista.

E desta forma, srs. deputados, um homem se apresenta perante outros homens para dizer que guardou dinheiro que não lhe pertencia, mas não se manchou com a lama da desonestidade. E quando, certa vez, no mês de outubro, apareceu um repto de certo político, para alguém dizer se ele recebera dinheiro de São Paulo para as eleições ou outro qualquer fim, eu redigia um telegrama respondendo a esse repto, e afirmando que ocuparia esta tribuna para comprovar a minha acusação. Era que diziam os meus detratores que o repto viera com o endereço certo á minha pessoa e eu não fugiria á provocação.

Deponham os deputados Mário Negócio e Dix-huit Rosado se, sabedores da minha resposta, não me pediram, exigindo mesmo, que desistisse do telegrama, cujo original por sinal, continúa em meu poder.

Não sei quem mais recebeu dinheiro de São Paulo para as eleições. Mas o dinheiro veio e até no dia anterior ao pleito as remessas eram entregues em Natal. No dia 2 de outubro o deputado José Luz ainda via a ordem telegráfica de cem mil cruzeiros que dois abnegados salvadores do

Partido Social Progressista iriam receber do Banco do Brasil.

E foi por isso que os telegramas transmitidos para o interior, aos quais ontem me referi, sempre falavam em remessa de dinheiro...

Sr. Presidente. Falei num assunto que na verdade me entristece.

Acusado de desonesto, precisava neste último dia em que sou deputado, dizer que os meus cínicos acusadores, que se uniram para uma campanha contra mim, não têm a elevação moral dos homens de bem.

Ainda ontem eu dizia desta tribuna que um motivo determinara os atos de hostilidade que eu vinha recebendo do Partido Social Progressista.

E para esse motivo só duas hipóteses me surgiam: ou o despeito dos incapazes, daqueles que não sabem lutar, preferindo as horas fáceis das vitórias, para surgirem como heróis e abnegados, ou os que se inquietaram quando, em fevereiro de 1950, com minha viagem a São Paulo, eu fiquei sabendo o que devia ignorar.

Mas a minha sorte estava lançada. Ainda ontem um dedicado amigo meu dizia ter ouvido, de um culto e douto orientador do Partido, que há meses o meu aniquilamento fôra sentenciado porque eu quisera "subir" demais a ponto de tentar prejudicar a eleição de Café Filho para eleger-me e de haver forçado o Partido para uma aproximação com o P.S.D. A primeira causa é inverídica. Eu poderia sacrificar a minha candidatura para salvar a do sr. Café Filho e nunca ninguém demonstrará o contrario. Mas a segunda é verdadeira. Eu tentei levar o meu Partido para uma junção honrosa de que surgisse uma vitória. Acostumado a falar aos correligionários do interior, quasi todos eles, chefes e soldados, se mostravam cansados de uma luta contínua, sob o chicote dos governos. Abandonados, esses amigos jogavam ás vezes tudo o que possuíam, numa campanha eleitoral e, passada esta campanha, eleito o deputado Café Filho, eles ficavam no mesmo ostracismo, sob a opressão e a insegurança. Os eleitos permaneciam no Rio, e aqui, eles se acabariam no sofrimento, indefesos e abandonados se não houvesse uma voz como a minha para clamar pelo seu direito e pela sua liberdade.

Foi para evitar esse estiolamento dos nossos amigos que se diziam cansados, foi para que eles se encaminhassem para a luta, não na descrença dos que marcham certos da derrota, mas na alegria dos que antevêm os raios luminosos das auroras, que eu impeli, com todas as minhas forças e com todo o meu entusiasmo, o Partido Social Progressista para essa união democrática que veio redimir o Rio Grande do Norte.

E traçada a minha sorte, nem assim deixei de alimentar a esperança de que os correligionários transformados em algozes, melhor refletissem sobre os atos que praticavam. Isso mesmo eu afirmei a um grupo de amigos da zona oeste que veio a Natal assistir a diplomação de Dix-sept Rosado.

Raimundo Jovino, Maltez Fernandes, Thiers Rocha, José Otávio e Inácio Pereira, velhos e aguerridos soldados de campanhas memoráveis em que lutei aos seus lados, não sabiam do que se passava comigo, dentro do Partido Social Progresista. E quando lhes contei o que ocorria, eles, prontamente, tomaram a iniciativa de promover um encontro entre mim e Café Filho, que não nos víamos desde antes das eleições. E com a participação de Luiz Varela esse encontro se realizou na residência do último desses amigos. Eu havia dito a uma pergunta daqueles bravos companheiros, que quase nada era preciso para que eu voltasse á luta na mesma trincheira que eu proprio construira. Queriam eles ver-me no mesmo posto de combate e a Raimundo Jovino eu respondera que, para a realização do seu desejo nada mais seria preciso que aqueles que haviam abandonado a minha lealdade me dessem uma explicação clara e honesta desse abandono e, mais, que fossem retirados dos postos de mando do Partido elementos inegavelmente reconhecidos e suspeitos de idéias comunistas.

Deram-me razão quanto as exigencias que eu fazia e na reunião da casa de Luiz Varela, quando o assunto foi abordado, logo teve o seu adiamento decretado. E a solução foi a de que voltassem eles para Mossoró, que Café Filho não regressaria sem solucionar definitivamente, noutro encontro comigo, o impasse grave que entre nós existia.

Mas, eles se foram, e o silencio caiu sobre nós dois até hoje...

Sr. Presidente. Já falei demasiadamente sobre a atitude daqueles que fácilmente esqueceram o que por eles eu fiz. Neste instante a minha decisão está tomada. Queriam o meu esfacelamento pouco a pouco, como o daqueles organismos que, devastados pelas doenças incuráveis, vão cada dia mais amortecendo. Mas o homem que tem a consciencia dos encantos da propria vida, deve reagir e viver.

E' a vida que eu procuro e acabo de conseguir, lançando dentro de minha alma o esquecimento para os que não quizeram ser dignos da minha amizade.

E neste instante, volto a minha vista na ansia dos que querem viver, para a alegr'a de uma terra abandonada que amanhece no esplendor das luminosas alvoradas. Para o Rio Grande do Norte que desperta sob a inspiração de um governo novo. Para o povo que, ontem desgraçado, se transforma, como eu, dentro dessa mesma alegria de viver.

Neste instante não tenho partidos. Alegro-me de ver empossar-se na administração do Estado o Governador Dix-sept Rosado. Trabalhei para a sua vitória e, como fazia aos que não me souberam compreender, depois da ascensão quero ficar na planície, que dela não tenho mais para onde cair.

Reconheço e proclamo a sua amizade que me ofereceu um cargo de destaque no seu governo. Quiz nomear-me Diretor do Departamento de Saúde Pública e depois que com insistencia recusei, ofereceu-me a direção do Departamento de Imprensa.

Fico onde sempre estive. Olhando para diante e procurando sentir, nos atos do seu governo, o interesse pela sorte do povo da minha terra.

E se o seu governo for aquele com que sonhei, simbolizando as aspirações do Rio Grande do Norte, eu, soldado sem chefe, eleitor sem partido, terei de apoiar seus passos, nas horas de paz ou nos momentos de luta.

Deixo esta tribuna, sr. Presidente, no instante em que abandono um partido e renuncio o meu mandato”.

DEFESA DE MISTIFICAÇÕES E MENTIRAS

(TRIBUNA DO NORTE DE 7/3/51)

O senador Kerginaldo Cavalcanti anunciara dois artigos respondendo aos discursos que pronunciei na Assembleia Legislativa, quando renunciei o meu mandato e abandonei um Partido para o qual muito lutei mas que, dominado por uma meia dúzia de aventureiros, vinha tramando contra mim.

Naquela ocasião apresentei uma série de fatos, citando várias testemunhas e sendo apoiado pelo líder do Partido Social Progressista que a todos confirmava porque exprimiam a verdade.

O senador tomou a iniciativa de chamar para si todos os atos condenáveis de deslealdade e veio a público num longo artigo a que respondi, numa carta ao "Diário de Natal", na qual lhe opunha, desde logo, três formais desmentidos. Desafiei-o a provar: 1.º que eu houvesse proposto a chefes políticos do interior o financiamento de minha eleição a deputado federal, contra a eleição de Café; 2.º que eu tramara, em algum tempo, a sua destituição da presidência do Partido, em benefício próprio; 3.º, que eu, por seu intermédio, pedira uma colocação, no Rio, a Café Filho.

Três mentiras grosseiras que, incontinenti, desmentí, ficando a aguardar a segunda peça do senador.

Esta surgiu no último sábado, depois de uma longa gestação. Após um parto laborioso, a que de certo não faltou o auxílio de certas "curiosas", daqui e de lá, o produto que veio á luz foi uma insignificante monstruosidade, apalhadada e ridícula, sem qualquer traço de normalidade, mas repleta de falsidades, maledicências e mentiras.

Pretendeu o feliz substituto de João Severiano da Camara repetir, quanto a mim, a mágica que o fez senador, para escarneo de um regime em que um candidato espetacularmente vencido se transformou em vitorioso, sem votos. Sem ter sido eleito, jogou com a pérfida cavilação dos sabidos e terminou, como verdadeiro aborto, jogado a uma cadeira do Senado. Queria agora, quando mostrei em dois discursos aplaudidos pelo proprio líder do seu partido, as perfidias e deslealdades cometidas contra mim, num mesmo jogo de cavilosa simulação, aparecer como inocente, jogando sobre o meu nome a culpa de erros que não cometi.

Dos seus artigos só há uma coisa aproveitável: a confissão que faz de que desde Fevereiro de 1950 ele e Café ha-

viam resolvido me manter á distancia... Essa confissão vem ao encontro dos meus discursos quando afirmei, repetindo a palavra de douto orientador do partido, que hoje frequenta o palácio, que o meu aniquilamento de há muito fôra decretado, porque eu quisera subir demais...

Nos artigos do sr. Kerginaldo há uma perfida insinuação quando diz e repete que eu estaria agindo por despeito. Despeito, talvez por não haver conseguido reeleger-me deputado estadual. Responderei, desde logo, que, faltando dez dias para a eleição, o meu amigo José Gouveia, chefe do Partido em Pedro Avelino e candidato a deputado estadual, me telegrafou pedindo lhe enviasse chapas com o meu nome, porque iria descarregar toda a votação em mim, abandonando a sua candidatura. Estava naturalmente aquele amigo sabedor das trapaças que se articulavam contra mim e teve essa atitude digna de um homem de bem que, reconhecendo os meus serviços ao partido, negava o seu apoio á vilania, para me apoiar. Rejeitei esse oferecimento, como igualmente o fiz em relação a outro dedicado amigo, Getulio de Oliveira Sales, candidato também pelo municipio de Canguaretama, que várias vezes instou para que a sua votação fosse transferida para o meu nome. Vê o senador que se eu quizesse me apegar á cadeira de deputado estadual, seria bastante aceitar o oferecimento de um apenas daqueles amigos, certo de que desempenharia o mandato, na presente legislatura, com a consciéncia mais tranquila do que quem chegou ao Senado da República, através de um passe de mágica bem pouco recomendável.

Quero, porém, nesta ultima vez em que invoco nomes que deseo esquecer, analisar os fatos articulados nos artigos do senador, quase sempre através de mistificações e mentiras.

O DINHEIRO DE SÃO PAULO

Acusei, nos meus discursos, alguém de haver recebido dinheiro de São Paulo, para o Diretorio de Natal, e haver negado esse recebimento tanto aqui, como no Rio, quando fui até ali, com ordem escrita do Diretorio para saber a verdade. Não afirmei no discurso que o recebedor fôra o dr. Kerginaldo. Os membros do Diretorio porém o sabiam bem como vários amigos de importancia no Partido, com os quais conversei, quando do meu regresso. O senador vem agora confessar os recebimentos, escrevendo longamente a respeito para tentar justificar o mistério com que procurou envolver o seu ato.

Quero, preliminarmente, lembrar que o "Jornal de Natal", no dia 21 de outubro de 1950, publicava em primeira página, composição em três colunas e grande destaque, um repto assim redigido:

"DECLARAÇÃO NECESSARIA

Tendo espiritos levianos, senão perversos, divulgado pela cidade que recebi, de São Paulo, dinheiro como auxilio

às eleições passadas, declaro, sob minha honra, que isso não passa de uma mentira infame.

Não recebi dali, nem de outra procedencia, nenhuma quantia destinada às eleições, nem mesmo para outro fim.

E, conseqüentemente, não poderia ficar com qualquer importancia, minima que fosse, para mim, ou efetuar a distribuição da mesma.

Lanço um repto nesse sentido, a quem quizer provar o contrário.

Natal, 18 de Outubro de 1950. (a) **Kerginaldo Cavalcanti**.

Neste repto há uma deslavada mentira, sobre a qual já falei nos meus discursos. O senador recebeu dinheiro de São Paulo e, no seu último artigo, depois de haver divagado longamente, conclui por afirmar que o recebeu e negou o fato aos seus companheiros de Natal, embora tenha agido, como alega, de acordo com Café Filho.

Nunca aleguei que o dr. Kerginaldo houvesse se beneficiado desse dinheiro, pessoalmente. Sustentei um fato que agora vem de ser confirmado.

Ao repto de honra do dr. Kerginaldo a resposta foi dada pelo proprio dr. Kerginaldo.

A MINHA DENUNCIA PARA O SUL

Mas, na sua explicação há grosseiras inverdades. Nunca no seu escritorio falamos sobre esse dinheiro. A conversa havida foi em casa do sr. Olavo Galvão, quando nos reunimos. Essa reunião, ao contrário do que o dr. Kerginaldo afirma, não foi convocada por s. excia., que não tinha atribuições para tal; era um presidente licenciado há meses, estando eu respondendo pelo Partido.

Mas uma mentira chocante que merece immediata repulsa está na afirmativa de que eu, ás escondidas, depois da referida reunião, fizera uma carta ao Diretorio Nacional **acusando a ele e outros companheiros**, sobre a questão do dinheiro.

O que na verdade se passou devo aqui lembrar para que os membros do então diretorio possam ou não me desmentir.

Na reunião, feita no mesmo dia ou no immediato da ida de Café para o Rio, quando a este eu enviara uma carta que consta de um dos meus discursos, o primeiro a falar foi o senador dizendo, inicialmente, "ser réu confesso"; explicou o recebimento do dinheiro, mas que evitara de trazer o fato ao nosso conhecimento pelos motivos que então alegou e que são, aliás, os mesmos agora repetidos em seu artigo. Disse mais que Café Filho tinha conhecimento do fato. Ape-lava para que eu desse uma solução razoavel ao incidente, adiantando, desde logo, aceitar qualquer solução.

Relembrei-lhe a minha viagem e os encontros que tivera no Rio e São Paulo, adiantando que assumira o com-

promisso de escrever ao deputado Paulo Nogueira Filho, relatando o que ocorresse. Perguntei-lhe mais se gastara o dinheiro e o senador respondeu que dispendera quase vinte mil cruzeiros com uma propaganda de Adhemar, a cargo do seu filho João Augusto e que comprara um automovel para o partido, adiantando que esse carro custara seis mil e tantos cruzeiros mas que em concertos de renovação já gastara mais de cinquenta mil, porque fora enganado no negocio. Devo dizer por ser verdade e não usar das mesmas armas dos que hoje me combatem, que pouco antes, quando nós não fazíamos propaganda de Adhemar, a cidade vez por outra amanhecia enfeitada de cartazes de S. Paulo e aqui circulou nessa época um jornalzinho adhemarista dirigido pelo referido jovem. Quanto ao automovel, ignoravamos a sua existencia, mas isso é outra historia sobre que adiante falarei.

Instado para dar uma solução ao caso, disse ao dr. Kerginaldo que só poderia aceitar uma dessas duas: ou ele recolheria todas as importancias recebidas inclusive os documentos de despesas, ou ficaria com o dinheiro, continuaria recebendo e gastando á nossa revelia, mas neste último caso eu teria de explicar para o sul o que acontecia. O senador aceitando qualquer das duas soluções, eu escolhi a última dizendo que, no dia imediato, enviaria a carta já referida, com que todos os presentes concordaram. E saímos da reunião em plena paz, dizendo o dr. Kerginaldo que no dia imediato entregaria o automovel do Partido que — adeantou a uma pergunta minha — fôra registrado na policia em nome do seu filho João Augusto.

De acordo com essa decisão, no dia imediato eu escrevia ao dr. Paulo Nogueira Filho — a seguinte carta — a única aliás que enviei para o sul e que é agora invocada como uma grande deslealdade de minha parte, pois nela eu fizera “graves acusações a ele Kerginaldo e aos seus companheiros”:

Natal, 28 de Fevereiro de 1950.

Presado amigo deputado Paulo Nogueira Filho:

Com os meus cumprimentos venho, nesta carta confidencial, expor-lhe o resultado do nosso entendimento, quando de minha recente viagem ao Rio e São Paulo, em relação á situação precária em que se encontra o PSP no Rio Grande do Norte.

Lamento comunicar-lhe que nada até aqui chegou ao nosso Directorio, havendo o senador Kerginaldo Cavalcanti, em reunião do mesmo, afirmado que recebera certo auxilio mas que continuaria com o mesmo em seu poder até que se resolvesse em definitivo a situação de retraimento pessoal existente entre os nossos amigos deputado Café Filho e Governador Adhemar de Barros, alegando mais que tal auxilio lhe fora entregue em carater pessoal e que, no caso de não ser removido aquele retraimento, devolve-lo-ia ao Directorio Nacional.

Desta sorte, tenho a dizer ao presado amigo — confirmando assim o que lhe afirmei quando do nosso encontro aí — que nada me é possível fazer no tocante á solução da situação angustiosa em que nos encontramos e que exige imediatamente a organização de vários diretorios municipais, reorganização dos demais e inicio do novo alistamento. Isto, porque não temos meios materiais para percorrer todos os municípios do Estado e proceder aqueles atos indispensáveis e urgentes à nossa agremiação partidária.

Se o presado amigo me der os meios prometidos, imediatamente iniciarei um grande trabalho de reestruturação partidária; em caso contrário, nada tenho a fazer.

Certo de que não se esqueceu dos detalhes da nossa conversa recente e cumprirá o que ficou entre nós acertado, espero uma resposta á presente, para a minha orientação e primeiros passos afim de que possa igualmente cumprir a minha palavra empenhada.

Fico, assim, á sua disposição, inclusive para — no caso de achar necessário, ir novamente á sua presença para que não vá por terra o nosso Partido no Rio Grande do Norte, depois de tanta coisa feita e em face do presente abandono a que está jogado.

Creia-me sinceramente amigo e correligionário.

Abelardo Calafange — deputado estadual e Presidente em exercicio do Directorio do PSP.

Onde está a minha deslealdade? Só na mentalidade do senador. No entanto, a miséria das acusações levianas está neste periodo do seu artigo: — “O dr. Abelardo escreveu á direção central do Partido uma carta (que remeteram para meu conhecimento) em que censurava a todos nós” etc.

Deslealdade é a maneira de argumentar com mistificações e mentiras. Talvez daí, tenha surgido, perante os próprios companheiros de Natal e mesmo Café Filho, a historia, habilmente tangenciada, de que eu vivia a trair e a acusar a todos. Talvez daí tenha surgido a “igrejinha” que se formou para me combater de emboscada, tendo como orientador quem tão mestre se mostra em desvirtuar os acontecimentos.

O AUTOMOVEL DO PARTIDO

No dia imediato á reunião da casa de Olavo Galvão eu recebia o automovel do Partido. Tinha um motorista que era pago pelo Partido. O sr. Eliseu Leite era quem fazia os pagamentos e poderá me desmentir. Certo dia, o motorista em serviço com o dr. Fernando Galvão (para o Partido), á porta da casa deste, por um qualquer mal entendido, abandonou o carro. Fernando me comunicou o ocorrido e eu contratei novo chauffeur, com a mesma diária. Pois o dr. Kerginaldo, em tom de ironia diz que me entregou o carro e eu logo contratei um motorista, como se só o tuchaua do dinheiro de São Paulo, o pudesse fazer.

Mas o carro era quase imprestável. Não podia viajar sinão a localidades proximas e sempre voltava para a officina, onde quantias elevadas eram gastas em novos conser-tos. Assim mesmo, eu e o dr. Fernando Galvão fizemos várias viagens reestruturando os diretorios municipais que estavam de mandatos terminados. O dr. Kerginaldo afirmou, em mais uma mentira, que eu fiquei a utilizar o carro velho ruim e carissimo, em minhas viagens quase diárias. O dr. Fernando Galvão, de acordo comigo, fez várias viagens para São José e Nisia Floresta, em serviços de propaganda politica e quase sempre o automovel pernoitava em sua casa. Numa dessas viagens ele ficou tão avariado que eu, Fernando, Eliseu Leite e outros do Directorio resolvemos vendê-lo. E o automovel que o dr. Kerginaldo comprara, gastando "só em remonte" mais de cincoenta mil cruzeiros, foi vendido, se não me engano, por treze mil, sendo o dinheiro recebido pelo tesoureiro do Partido, sr. Eliseu Leite.

Agora, um detalhe interessante: o dr. Kerginaldo com-prara o carro com o dinheiro de São Paulo. Este dinheiro começara a lhe ser entregue em outubro de 1949. Mas o carro já era do filho do dr. Kerginaldo desde Abril, isto é desde seis meses antes. Como se explica essa historia?

Aqui vai a certidão: — "Certifico em virtude de despacho do sr. Inspetor do Transito exarado no requerimento do dr. Abelardo Calafange, datado de hoje, que o automovel marca Chevrolet, motor n.º 3.033.994, tipo 1940, de côr preta, de propriedade do sr. Manoel Eloi da Fonseca, foi matriculado nesta Inspetoria a 26 de Junho de 1948, recebendo placas sob n.º 3177 — R. N. Em 12 de abril de 1949, dito veículo foi transferido para propriedade de João Augusto Cavalcanti de Albuquerque" etc.

A conclusão é que o carro velho e quase imprestável foi "empurrado" ao Partido, justamente quando veio a furo o abcesso do dinheiro de São Paulo, pois não se explica que pertencendo ele a um dono em Abril, fosse comprado para esse mesmo dono, alguns meses depois.

OS CINCO MILHÕES

A historia dos cinco milhões que o dr. Kerginaldo afirma ter eu querido receber de São Paulo merece também ser contada. A sua ironia barata, quando deveria, em vez dela, argumentar com sizudez para defender-se, provoca-me a mais viva repulsa.

Kerginaldo conhece essa distoria, e ninguem mais do que ele fazia o elogio da caixinha de Ademar, quando afirmava que o mesmo era um político igual aos outros, mas a perseverança com que queria lançar Café nos braços do Governador paulista, era para que viesse dinheiro para o Partido.

O que se passou foi o seguinte. Quando da Feira Flutuante de São Paulo, há quase dois anos, eu e Olavo Galvão recebemos telegrama para procurarmos determinados emis-sários politicos a bordo. Á noite estavam no cais. Olavo

ficou acompanhando mais de perto os paulistas e no dia seguinte, depois do almoço, no Grande Hotel, a que não estive presente mas em que tomou parte o mesmo Olavo, fui avisado que o dr. Jessé Café nos esperava ás 15 horas, no seu escritorio, para uma conferencia reservada com o dr. Elias Siqueira, que vinha presidindo a mesma Feira Flutuante. Ali nos reunimos poucos; eu, Olavo, Jessé, Elisau e Manoel Soares. Kerginaldo estava ausente desta capital. O dr. Elias queria um relatório circunstanciado sobre os nossas possibilidades eleitorais, dizendo que Ademar seria candidato e gastaria muito dinheiro. Depois de longa conversa, o proprio dr. Elias pediu que redigissemos em memorial todas as nossas necessidades, para um immediato trabalho politico que duraria até as eleições. Incluía a montagem de um diário moderno. Todos nós chegamos a admitir que cinco mil contos, poderiam sustentar uma campanha longa, e que o partido ficaria a ponto de antever uma possibilidade de vitoria. O mesmo paulista pediu que á noite lhe entregássemos tudo escrito e o memorial foi datilografado, á tarde, pelo sr. Olavo Galvão, em sua residencia, estando aí presente.

Comunicamos a Kerginaldo e Café o que acontecera, mostrando-lhes copia do memorial. Eles, e nós mesmos, não acreditávamos nesse auxilio. Mas apenas escreveramos o resultado de uma conversa, a pedido do dr. Elias Siqueira, que achara tudo razoável e de acordo com o plano que afirmava estar feito para a campanha.

Kerginaldo agora, sem se poder defender, acha que eu pleiteei cinco mil contos de São Paulo... Mas se esquece de agir como eu, contando as coisas sem mentiras e sem vilanias.

O DINHEIRO DO PSD

O homem despiu-se de toda a serenidade, visando só e unicamente levantar suspeitas contra mim. Trouxe a público a história do auxilio do PSD para a campanha. Eu, no seu lugar, teria empenho em não fazê-lo.

Presidente do Directorio, havendo estado com Georgino desde antes do rompimento com José Varela, sempre procurei juntar as forças dos dois partidos. Georgino me dizia que, nesse caso, nós teríamos auxilios materiais para as eleições. Consumado o acordo, vários directorios do interior começaram a apelar para mim, no sentido de conseguir qualquer auxilio. Certo dia, e as eleições se aproximavam, promovi uma reunião em casa de Dix-huit Rosado, estando presentes Manoel Gurgel, Teodorico Bezerra, Silvio Pedroza, Creso Bezerra, Antonio Soares, além de outros. Falei sobre os auxilios, mostrando que alguns directorios não poderiam talvez comparecer ás urnas. Teodorico pediu que eu fizesse uma relação desses auxilios indispensáveis e no mesmo momento redigí uma lista, com os directorios e as quantias para cada um. Estavam contemplados, Taipú, Santa Cruz, Currais Novos, Florânia, Jucu-

rutú, São José, Macaíba, Paparí, Goianinha, Canguaretama, Nova Cruz, e mais outros, com auxílios que variavam de cinco a dez mil cruzeiros, sendo que Canguaretama figurava com quinze mil. Em dado momento, Teodorico assumiu o compromisso formal de dar esse dinheiro e eu comuniquei aos chefes locais. Quando Kerginaldo, já próximo a eleição, reassumiu a presidência, eu lhe comuniquei o que obtivera e ele aprovou, dizendo que eu me mantivesse vigilante para receber êsse dinheiro.

Certa tarde — já em Setembro e as reclamações do interior eram diárias — eu disse a Kerginaldo que naquela noite decidiria o caso, pois não era possível esperar mais. Ele aprovou ainda. E a noite, em casa de José Arnaud, eu chamava Manoel Gurgel e dizia que os auxílios deveriam ser entregues com urgência pela premência de tempo. Manoel Gurgel autorizou-me a, no dia seguinte, ir ao seu escritório, levando um recibo de cinquenta mil cruzeiros, pois os cinquenta restantes só entregaria na segunda feita seguinte.

Eu devia estar, nesse instante, sendo vigiado por elementos do senador Kerginaldo pois, mal acertara isso, s. excia. era avisado pelo seu vigia, do que fôra convencionado.

Pela manhã avisei a alguns representantes dos diretórios do interior que estivessem á tarde na Ribeira, pois o dinheiro do PSD seria recebido e logo lhes seria entregue. Á hora aprazada, ao chegar ao escritório de Manoel Gurgel, ali encontrei o sr. Eliseu Leite, que fôra a mandado do senador receber os cinquenta contos. Fiquei surpreso com a coincidência, mas nada objetei, pois Kerginaldo sabia que eu obtivera esse dinheiro para fins determinados. Eliseu contou a quantia, entregou seu recibo e saímos juntos. Na rua eu lhe disse que ali fôra para o mesmo fim mas que alguns amigos já estavam no escritório de Kerginaldo e no meu onde receberiam as suas quotas, o que daria no mesmo. Eliseu declarou-me que Kerginaldo dera ordens para recolher o dinheiro e dele não sairia um níquel para ninguém. Houve, já no escritório do senador, uma discussão séria sobre isso, estando presentes entre outros o presidente do diretório de Nova Cruz e o representante de Teodorico Freire a quem eu dissera que viesse receber o auxílio.

Quem agiu indignamente nesse caso, eu ou Kerginaldo?

Mais tarde, na Assembleia, eu era procurado por Teodorico Bezerra, Luiz Varela e Olavo Galvão. Queriam saber os motivos da minha discussão com Kerginaldo. Gastão Correia aproximou-se nesse instante e assistiu a conversa. Teodorico afirmou que obtivera o auxílio para os municípios constantes de uma lista que eu fizera, adiantando que Kerginaldo não agira direito no caso. E tanto não agira que os cinquenta mil cruzeiros restantes seriam entregues imediatamente a mim; eu me neguei a pegar nesse dinheiro, dizendo que ele pagasse os recibos do interior que eu lhe encaminhasse. E, assim, enquanto o dr. Kerginaldo recolhia ao Partido a metade do que eu conseguira para os nossos amigos do interior, eu com a outra metade, facilitava um

pequeno auxilio para alguns diretórios entre os quais os de Taipú, Currais Novos, Santa Cruz e Canguaretama.

Onde a minha desonestidade? Quem deixou de agir, nesse caso, corretamente: eu ou o dr. Kerginaldo?

OUTRAS HISTORIAS

Há outras histórias que não são verdadeiras.

Diz o senador que para a minha ida em Fevereiro ao Rio, ele me mandou uma passagem. Terá comprado do seu bolso, para mim? Não. Eu lhe fiz surpresa, mesmo porque s. excia. não tinha vontade de me ver no sul, como confessa no seu artigo. Mês antes, ia haver uma convenção nacional do Partido. O dr. Kerginaldo, a meu pedido, falou no Rio para que viessem duas passagens, para a Convenção, mas arranjou somente as de ida e eu recebia a informação de que o Partido não daria a volta.

Em Fevereiro, meses depois — usei essas passagens, não de Kerginaldo, mas do Partido...

Mentiu também quando afirmou que estando eu no Rio, ao desejar seguir para São Paulo, pedi uma passagem que foi requisitada pelo Diretório Central. Desafio o senador a provar a existencia dessa requisição. A passagem foi comprada do meu bolso e só muita coragem faz com que um homem afirme fatos inverídicos, principalmente quando esse homem tem um nome a zelar.

Quero terminar convidando o senador a me apresentar documentos idôneos dos quatro mil cruzeiros que diz haver gasto o partido comigo, numa viagem que de certo não pedi, mas para a qual devo ter sido convidado. Costumo viver ás claras sem subterfúgios e sem mistificações. Apenas exigirei a apresentação de documentos idôneos, na hora em que acabo de dissecar as mistificações do dr. Kerginaldo. Posso restituir esse dinheiro.

Continuí o senador a me considerar um Javert fracassado. Mas não se esqueça de que, dentro do meu fracasso, pude apurar os atos que s. excia. tinha todo o empenho em manter sob o mais suspeito mistério.

Trabalhei para um partido de modo a sempre ser considerado como um dos seus sustentáculos. Saio desse partido sentindo asco por certos indivíduos que fácilmente se embriagam nas posições conquistadas.

E jogando-os no meu esquecimento fico a repetir as palavras que não morrem, do Grandê Ruy:

— “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a deshonra, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos máus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”

ESCLARECIMENTOS

("Diario de Natal", de 20 de fevereiro de 1951).

Com pedido de publicação recebemos do sr. Abelardo Calafange, a seguinte carta:

"Natal, 19 de fevereiro de 1951.

Ilmo. Sr. Diretor do DIARIO DE NATAL.

Havendo lido hoje o longo artigo do senador Kerginaldo Cavalcanti, publicado na edição de sábado último de certo jornal desta cidade, no qual aquele parlamentar procura responder a um dos dois últimos discursos que pronunciei na Assembléia Legislativa, justificando o meu afastamento do Partido Social Progressista, venho solicitar da gentileza de V. S. a publicação da presente que visa um esclarecimento aos homens de bem do Rio Grande do Norte.

Anunciado pelo referido senador um segundo artigo sobre os meus referidos discursos, terei de responder de uma só vez a essas publicações, no intuito unico de defender a verdade e esclarecer as mistificações que, de maneira premeditada, se veem, desde muito, elaborando em torno do meu nome e das minhas atitudes.

Desde já, porém sinto-me no dever de declarar que são mentirosas duas afirmações que constam do primeiro artigo do referido parlamentar. Não afirmo que ta's inverdades tenham sido forjicadas com s. excia.; lamento porém que tenham sido aceitas por quem há muito tempo me conhece e que só depois de tanto tempo venha publicá-las.

Nunca procurei eleger-me oferecendo "o financiamento de minha eleição". O senador sabe que sou um homem pobre e não tenho dinheiro para tal empreendimento. Estive com vários chefes do PSP solicitando pequena votação, de acordo com a espontânea autorização do sr. Café Filho e a eles nunca ofereci dinheiro, porque não o tinha para oferecer. Esses chefes com quem falei foram Maltez Fernandes, Solon Sobrinho, Thiers Rocha, Miguel Rocha Sobrinho, João Neto Guimarães e Ezequiel Fonseca e duvido, por sabê-los homens de caráter, venham eles confirmar a acusação formulada agora pelo sr. Kerginaldo.

Outra inverdade é que eu tenha aliciado elementos do Directorio e do Partido para destituir aquele senador da Presidencia, em favor do meu nome. Nunca houve tal coisa, mesmo porque, se isso eu quizesse, teria aproveitado a pro-

posta do Secretário Geral do Partido, em certa ocasião, quando propôs a exclusão do mesmo Presidente. E, como afirmei em meu discurso, diante dessa proposta quem falou para afastá-la fui justamente eu.

É igualmente fantasia a declaração de que haja solicitado ao deputado Café Filho um emprego no Rio. Sabe o senador Kerginaldo que isso nunca ocorreu. Certa vez, havendo aquele senador, me convidado a conversar sobre o Partido, apelou para mim, no sentido de esquecer tudo o que ocorrera. Isto foi em novembro, se me não engano. Estávamos no seu escritório e não num aeroporto. Respondi-lhe que esqueceria, mas que nenhuma relação poderia mais ter com os elementos da direção do PSP. E, nesse instante, mandei um recado ao sr. Café Filho. Julgava-me bem pago pelo que eu fizera. Tinha profundos ressentimentos, mas, apesar disso, continuaria como eleitor do Partido. No entanto, nunca me oferecesse ele qualquer coisa porque nada aceitaria, nem jamais esperasse um pedido meu, porque nunca isso aconteceria. Eu era funcionário de uma autarquia, mas nada queria que dependesse dele. Se me viesse uma promoção ou mesmo remoção, eu aceitaria, sem tomar conhecimento da possível interferência do Vice-Presidente da República. E o senador Kerginaldo afirmando que transmitiria esse recado, no dia seguinte viajava para o Rio, no mesmo avião em que eu seguia até o Recife.

Não é portanto verdade que eu tenha mandado pedir qualquer coisa. Os meus amigos sabem que eu aqui afirmava abertamente que continuaria em Natal...

Dou esses esclarecimentos visando apenas os meus amigos. Mesmo porque estou aguardando o segunda artigo do senador, para responder diretamente a ele, através da imprensa. Aí então focalizarei outros assuntos que talvez tenham saído até agora no meu e no esquecimento de s. excia.

Devemos porém, argumentar com fatos, deixando as mistificações e as invencionices para os que não se podem apresentar de frente erguida ao julgamento dos seus contemporâneos.

Grato pela publicação,

Abelardo Calafange

